

Apresentação do Dossiê

Fernando da Silva Rodrigues

Doutor em História Política pela UERJ, professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa em História Militar, Política e Fronteiras do CNPq, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Mary Del Priore

Historiadora, pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Professora da Universidade Salgado de Oliveira.

Faltando menos de um ano para as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, a Revista *Navigator* lança em seu novo número o dossiê intitulado “Ações militares e instituições marítimas brasileiras: da transmigração da corte lusitana à Independência”, organizado pelo professor doutor Fernando da Silva Rodrigues e pela professora doutora Mary Del Priore, ambos do quadro docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira.

Como disse Ortega y Gasset, “O passado é o único arsenal onde podemos encontrar os meios para tornar o nosso futuro eficaz”. Não nos lembramos do passado apenas por causa dele, e muito menos por um desejo de permanecer nele, por uma ânsia de imitá-lo. Foi assim que no ano de 2008 tiveram início as reflexões sobre o bicentenário de independência dos países latino-americanos, quando intelectuais de Espanha, Portugal e da América Latina voltaram ao passado procurando uma forma de interpretar o seu futuro imediato.

Nesse sentido, este dossiê teve como proposta refletir nesse momento sobre as comemorações do bicentenário do Brasil em 2022, e analisar o processo político e militar de construção do Estado no período de 1808 a 1822, pois como dizia Miguel Pombo, no *Discurso Preliminar sobre los Principios y Ventajas del Sistema Federativo – Constitución de los Estados Unidos de América*, de 1811: “La independencia de América a principios del siglo

XIX, será en los anales de la historia un acontecimiento más memorable de lo que fue el de su descubrimiento, a fines del siglo XV”.

Dessa forma, esse novo dossiê temático buscou contribuições que cobrissem o período de chegada da Corte portuguesa em 1808 até a independência do Brasil em 1822, com novas perspectivas e novas abordagens, que pudessem tratar: a própria transmigração; aspectos comerciais do período (comércio atlântico e costeiro); transformações na formação militar; e aspectos relacionados a estrutura de defesa e renovação do equipamento bélico.

Como parte importante desse movimento comemorativo e pelo próprio resultado deste dossiê, percebemos como as historiografias brasileira e lusitana têm contribuído de forma significativa com trabalhos interessantíssimos, revelando significativo interesse em relação à participação dos militares no processo político nacional. É necessária essa observação, pois, por um bom tempo, os estudos sobre os militares e instituições militares – excluindo os estudos sobre o período dos governos militares – ficaram ao largo da história, amargurando um ostracismo historiográfico acadêmico. Em tal condição, coube aos militares, quase que exclusivamente, a escrita sobre suas instituições, que hoje, embora muitas vezes carente de um rigor científico, contribui de maneira significativa auxiliando estudos e investigações acerca da caserna.

Portanto, é com esse espírito que apresentamos, nesta nova edição da Revista Navigator, o presente dossiê. O nosso objetivo foi no sentido de promover uma discussão sobre as relações entre as instituições militares e o processo de independência do Brasil. O desafio foi lançado à comunidade acadêmica e aos pesquisadores e o resultado vocês poderão observar na publicação deste novo número.

No artigo que abre o dossiê, Fábio Neves Luiz Laurentino, em “Contributos para uma historiografia naval portuguesa: o livro *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão* e o treinamento de soldados da Marinha Real portuguesa nos anos iniciais do século XIX”, mostra como era a instrução militar-naval dada a um soldado recruta, recém-incorporado à vida militar, utilizada no início do século XIX pelo corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra e atuar como infantaria de desembarque da Marinha Real portuguesa. Para isso, o autor usou o livro *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*, um compêndio de instruções contemporâneo às políticas de reorganização e modernização da Marinha, à época.

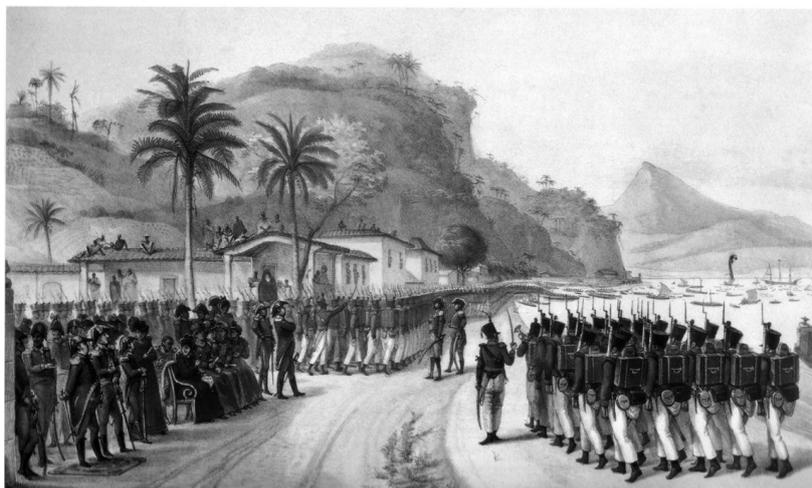
No próximo artigo, Nuno Saldanha, em “A nau de guerra *Príncipe do Brasil*, do Arquiteto-Constructor Manuel da Costa (act. 1774-1824). Revelação de um desenho inédito do National Maritime Museum”, demonstra como a Nau *Príncipe do Brasil*, construída nos estaleiros da Bahia por Manuel da Costa, foi um dos navios que integrou a Esquadra que trouxe a Corte de Lisboa para o Brasil em 1808. O estudo foi feito a partir da descoberta de um Plano de Navio inédito, que permitiu a identificação de um dos modelos operativos, assim como novos dados sobre o seu construtor, constituindo em um precioso achado para a investigação da Arquitetura e Construção Naval luso-brasileira dos finais do século XVIII e inícios do XIX.

A seguir, Renato de Mattos, em “Os limites da ‘abertura dos portos às nações amigas’: regulamentação do comércio marítimo e a defesa dos interesses da Marinha Mercante luso-brasileira (1808-1816)”, privilegia o debate sobre a abertura dos portos como ponto de inflexão da história brasileira, como parte dos estudos sobre o Período Joanino, que relegou a um segundo plano as disposições adotadas pelo príncipe regente nos anos subsequentes à sua transferência para o Brasil. O estudo

parte da regulamentação da navegação mercantil empreendida entre os anos de 1808 e 1816 e revela o complexo e matizado conjunto de interesses que permeavam as relações políticas e econômicas entre os negociantes radicados nos principais portos da América portuguesa.

E, por fim, fechando o dossiê, Johny Santana de Araújo, em “A primeira esquadra da Marinha de Guerra, do crepúsculo com o Reino Unido de Portugal ao alvorecer com o novo Império do Brasil 1820-1823”, trata da evolução da situação política propalada pelas Cortes em Lisboa, estando estes cada vez mais favoráveis à recolonização do Brasil. O artigo expõe um quadro geral da Marinha, cuja estrutura e dispositivos encontravam-se desdobrados entre Portugal e Brasil. O autor revela, ainda, como a Marinha portuguesa sofreria uma cisão que resultaria na criação de uma Força Naval brasileira preparada para uma guerra que ajudaria na consolidação da independência no norte do Brasil.

Desejamos uma excelente leitura a todos!



Capa: “Embarque na Praia Grande, de tropas destinadas ao bloqueio de Montevidéu”

Litografia em Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v; por Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo-SP. Representação da revista e embarque das tropas da Divisão de Voluntários Reais, na Praia Grande, atual Niterói-RJ, em 1816, com destino à Montevidéu. Por meio dessa ação militar, determinada por Dom João no contexto dos desdobramentos das tensões com a Espanha em razão das Guerras Napoleônicas, a região da Cisplatina foi então ocupada por tropas luso-brasileiras e anexada aos domínios do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na condição de Província. A litografia, de autoria do artista francês Jean-Baptiste Debret, é parte de um conjunto de obras por ele criadas enquanto esteve no Brasil, de 1816 a 1831. Nesse período, Debret integrou um grupo de artistas franceses que vieram ao Brasil, conhecido como Missão Artística Francesa, do qual faziam parte nomes como: Joachim Lebreton, Grandjean de Montigny, Nicolas-Antoine Taunay e Auguste-Marie Taunay.